

O PERFIL DA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO NA BASE SCIELO-BRASIL

THE PROFILE OF SCIENTIFIC RESEARCH ON PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE AREA OF APPLIED SOCIAL SCIENCES: A BIBLIOMETRIC SURVEY IN THE SCIELO-BRASIL BASE

Luana Silva de CARVALHO
Universidade Federal Fluminense
luana_carvalho@id.uff.br

Jose Ricardo Maia de SIQUEIRA
Universidade Federal Fluminense
josemaia@id.uff.br

Aprovado em 08/2024

Resumo

A desigualdade enfrentada por pessoas com deficiência no Brasil é uma realidade complexa e repleta de obstáculos, como o acesso limitado à infraestrutura adaptada, a falta de oportunidades educacionais inclusivas e a discriminação no mercado de trabalho contribuem para a exclusão social. Considerando que cerca de 8,9% da população brasileira possui alguma deficiência (IBGE, 2022) as pesquisas sobre o tema são essenciais para impulsionar ainda mais a conscientização e definir ações direcionadas para promover uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Este artigo busca delinear o panorama da produção científica sobre pessoas com deficiência no âmbito das ciências sociais aplicadas, concentrando-se nas publicações em língua portuguesa disponíveis na base Scielo-Brasil, através de uma investigação das estatísticas dos dados levantados e a inferência dessas informações.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Inclusão. Pesquisa.

Abstract

The inequality faced by people with disabilities in Brazil is a complex reality fraught with obstacles, such as limited access to adapted infrastructure, a lack of inclusive educational opportunities, and discrimination in the workplace, all contributing to social exclusion. Considering that approximately 8.9% of the Brazilian population has some form of disability (IBGE, 2022), research on this subject is essential to further raise awareness and define targeted actions to promote a fairer and more inclusive society for all. This article aims to outline the contributions of scientific production on people with disabilities in the field of applied social sciences, focusing on Portuguese-language publications available in the Scielo-Brasil database, through an investigation of the statistics from the collected data and the inference of this information.

Keywords: *Person with disability. Inclusion. Research.*

1 INTRODUÇÃO

A abordagem da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência tem se tornado cada vez mais relevante nas últimas décadas, sinalizando um potencial compromisso global com a equidade e a diversidade. Em consonância com essa crescente conscientização, a produção científica desempenha um papel crucial na disseminação de conhecimentos, na promoção de práticas inclusivas e na influência das políticas públicas. Este levantamento bibliométrico se propõe a analisar a produção acadêmica em língua portuguesa sobre pessoas com deficiência, utilizando como fonte única a base de dados Scielo-Brasil.

As pessoas com deficiência constituem uma parcela significativa da população global, sendo portadoras de uma diversidade de características que exigem uma compreensão abrangente e uma

abordagem inclusiva. No cenário acadêmico, a pesquisa sobre deficiência tem apresentado algumas contribuições, proporcionando visões valiosas para a compreensão das necessidades, desafios e potenciais desses indivíduos.

No âmbito brasileiro, a plataforma Scielo tem emergido como uma fonte fundamental para a disseminação de pesquisas científicas. A análise bibliométrica, que envolve a aplicação de métodos quantitativos para examinar padrões de produção e disseminação de literatura científica, proporciona uma visão sistemática e abrangente do campo de estudo em questão.

A justificativa para este levantamento bibliométrico reside na necessidade de compreender o estado atual da pesquisa sobre pessoas com deficiência na comunidade acadêmica brasileira. Ao analisar a produção científica disponível na base Scielo-Brasil, se pretende identificar padrões temáticos, lacunas de conhecimento e tendências que possam orientar futuras pesquisas e intervenções.

A importância deste estudo é multifacetada. Primeiramente, contribui para a consolidação de um corpo de conhecimento robusto e atualizado sobre pessoas com deficiência. Além disso, pode informar políticas públicas, práticas clínicas e programas de inclusão, promovendo uma sociedade mais justa e acessível. A análise bibliométrica não apenas mapeia a produção existente, mas também oferece insights valiosos para pesquisadores, profissionais da área da saúde, educadores e formuladores de políticas.

Tendo em vista o exposto acima, esse artigo tem como objetivo definir o perfil da produção científica sobre pessoas com deficiência na área de ciências sociais aplicadas publicadas em português na base Scielo-Brasil.

Espera-se assim conseguir mapear a produção científica em língua portuguesa sobre pessoas com

deficiência na base Scielo-Brasil, identificar as principais áreas temáticas abordadas nos artigos, analisar tendências ao longo do tempo na produção acadêmica sobre o tema e avaliar a colaboração entre instituições e autores na produção científica relacionada a pessoas com deficiência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A deficiência é um conceito amplo que se refere às limitações sociais impostas às pessoas com diversas habilidades corporais (CIF, 2003). De acordo com Mantoan (1997), as pessoas com deficiência (PCD) são aquelas que possuem limitações físicas, intelectuais, mentais ou sensoriais que podem afetar sua participação plena na sociedade, e essas limitações podem variar amplamente, desde deficiências visíveis, como a falta de mobilidade, até deficiências invisíveis, como transtornos de saúde mental. Independentemente da natureza e do grau da deficiência, essas pessoas frequentemente enfrentam barreiras que limitam seu acesso a oportunidades e recursos fundamentais para a vida em sociedade. Conforme dados publicados no Censo de 2022 conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é lar de 19 milhões de indivíduos com algum tipo de deficiência, o que representa 8,9% da população (BRASIL, 2022).

2.1 Os Modelos de Interpretação

A discussão sobre a diversidade, inerente à humanidade, tem ganhado destaque em vários setores da sociedade nas últimas décadas, impulsionada por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos decorrentes da globalização (FREITAS, 2015). No entanto, essa atenção nem sempre foi evidente ao longo da história, pois

grupos considerados minorias, como as pessoas com deficiência (PcD), enfrentaram obstáculos no acesso a direitos básicos (MANHÃES, 2010).

Historicamente, as PcD enfrentaram exclusão no trabalho e na sociedade, sujeitas a condições paternalistas e discriminatórias (GARCIA, 2014). A seguir, apresenta-se o contexto em que cada forma predominante de pensamento sobre a deficiência surgiu, e como essas concepções influenciam as ações ancoradas em ideias sobre homem, mundo e sociedade. Essas perspectivas organizam a atividade social, reconhecem e qualificam necessidades, além de admitirem formas de satisfazê-las, tudo em consonância com seus objetivos.

O Modelo da Subsistência foi originado na Grécia Antiga, a perspectiva predominante era a de que a deficiência dificultava a sobrevivência/subsistência da comunidade, uma vez que um corpo desfigurado ou carente das funções que assegurariam vigor e força contribuiria pouco para a agricultura ou para o contexto militar, a inclusão só seria aceita mediante a comprovação da contribuição social por parte da pessoa com deficiência. Apesar da passagem do tempo, o conceito da contribuição social do indivíduo com deficiência estar diretamente ligada ao seu valor diante dos olhos da comunidade pode ser observado no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o crescente número de veteranos militares com lesões graves decorrentes dos conflitos incitou uma mudança na forma que PcDs eram vistos pela sociedade. Isso se tornou uma referência no início da legalização do direito ao trabalho para essas pessoas (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

O conceito do Modelo da Normalidade teve origem na Idade Moderna e, atualmente, sua presença ainda é amplamente observada em diversas práticas educacionais e profissionais, que muitas vezes resultam na segregação de pessoas

com deficiência. De acordo com os conceitos desse modelo, profissionais especializados, como os que atuam em escolas especializadas, oficinas de trabalho protegidas e serviços de reabilitação, são encarregados do cuidado dessas pessoas, com um foco predominantemente voltado para a "correção" da deficiência a fim de promover a integração social. Nessa perspectiva, observam-se práticas de inserção de pessoas com deficiência em ambientes de trabalho que utilizam a deficiência como critério de alocação em funções, em vez de considerar o potencial individual para o trabalho. A matriz interpretativa subjacente continua sendo a normalidade, que enxerga a pessoa com deficiência como um "desviante" que necessita ajustar-se ao ambiente de trabalho conforme a sua deficiência. (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

Já o Modelo de Inclusão Social data do século XX, emergindo como descendente da Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra. Nesse contexto, ocorre uma convergência de interesses: as pessoas com deficiência se mobilizam em busca de igualdade de oportunidades e garantias de direitos civis; o Estado busca reduzir suas despesas públicas, incluindo os benefícios sociais destinados às pessoas com deficiência; e organizações internacionais pressionam pela defesa dos direitos humanos das minorias. Assim, configura-se um novo modelo de interpretação das deficiências, no qual estas deixam de ser vistas como atributos individuais e passam a ser encaradas como fenômenos contingenciais que demandam a remodelação das ações sociais, visando adaptar o ambiente à natureza das pessoas com deficiência. O pressuposto central é de que as pessoas com deficiência devem ser integradas na sociedade e no mercado de trabalho com base em suas habilidades, enquanto as organizações e a sociedade como um todo precisam se ajustar para assegurar a plena participação dessas pessoas.

Contudo, é importante destacar que essa é uma matriz de interpretação recente que necessitará de tempo para ser totalmente assimilada (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

Já para França (2013), as críticas ao Modelo Social indicam que sua intenção inicial de servir como uma ferramenta para o desenvolvimento da compreensão da deficiência como uma questão política pode ser questionada devido à falta de robustez. Nesse contexto, é crucial fazer uma distinção entre o Modelo Social da deficiência como uma abordagem conceitual para entender a deficiência e os desafios associados, e os construtos teóricos que se baseiam nesse modelo. Embora o Modelo Social seja concebido como uma ideia simples, as elaborações teóricas derivadas dele são mais complexas, surgindo a necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a dinâmica problemática destacada pelo modelo opera, bem como de definir sociologicamente suas origens (FRANÇA, 2013).

2.2 A Legislação

A evolução da legislação mundial sobre pessoas com deficiência reflete um progresso significativo na promoção de direitos, igualdade e inclusão. Ao longo das últimas décadas, diversos países têm reconhecido a necessidade de proteger e garantir os direitos das pessoas com deficiência, deslocando o foco de abordagens assistencialistas para modelos mais inclusivos e baseados em direitos. Tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, têm desempenhado um papel fundamental na orientação e estabelecimento de padrões globais.

Em 1948, a ONU publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que promoveu o reconhecimento das diferenças, impulsionando esforços sociais e jurídicos para garantir direitos,

incluindo a inserção no mercado de trabalho (FREITAS, 2015). Paralelamente, a compreensão de fatores sociais influenciando as limitações das PcD inspiraram a legislação

Na década de 1980, surgiram movimentos sociais que buscavam não apenas a inserção, mas a inclusão das PcD no trabalho. Defendendo um processo bilateral, esses movimentos propuseram que tanto as PcD buscassem desenvolvimento quanto a sociedade reduzisse barreiras à participação social (SIMONELLI et al., 2020). Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Pessoa Deficiente – seguindo o padrão de comunicação usado na época. Segundo Figueira (2008), foi nessa época que a comunidade de indivíduos com deficiência começou a se mobilizar politicamente. Como resultado, passaram a ser reconhecidos pela sociedade e alcançaram conquistas significativas.

No texto da Constituição de 1988, é possível encontrar vários dispositivos aplicáveis à temática, como, por exemplo, os artigos 6º e 227, que asseguram a todos os cidadãos brasileiros importantes direitos, tais como o direito ao lazer, à saúde, à educação, à liberdade e ao trabalho, sendo este último o que mais interessa para esse estudo (BRASIL, 1988). Dispõe, ainda, em relação ao direito ao trabalho, sobre a proibição de discriminação em critérios estabelecidos para admissão ou, ainda, para definição de salário a ser pago a trabalhador com deficiência (artigo 7º), assegurando, ainda, a promoção de assistência social e a de espaços físicos (logradouros e edifícios públicos), bem como dos transportes coletivos, para atender às necessidades dessa parcela da população – artigo 244 (BRASIL, 1988).

Posteriormente, no início da década de 1990, foram estabelecidas duas leis de caráter geral: a Lei n. 8.122, de 1990 que estabelece o "regime jurídico dos servidores públicos da União" e definiu normas e direitos relacionados à contratação,

progressão na carreira e condições de trabalho, influenciando aspectos como seleção e tratamento no ambiente de trabalho (BRASIL, 1990). Já a Lei n. 8.213, de 1991 que aborda os "benefícios da Previdência Social" e introduziu medidas de ação afirmativa, como a probabilidade da criação de cotas no setor privado futuramente, visando a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (BRASIL, 1991). Além disso, também garantiu direitos previdenciários específicos para pessoas com deficiência, incluindo aposentadorias especiais e benefícios assistenciais.

A Lei n. 8.213, de 1991 (BRASIL, 1991), por sua vez, estabeleceu a obrigatoriedade de empresas privadas com 100 ou mais funcionários reservarem cotas de 2% a 5% para a emprego de pessoas com deficiência, dependendo do número de funcionários (2% para até 200 funcionários, 3% para 201 a 500, 4% para 501 a 1.000 e 5% para mais de 1.001), dentro da subseção sobre "habilitação e reabilitação profissional".

No âmbito da adaptação de barreiras estruturais, a Lei nº 10.098, de 2000 estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em diversos cenários cotidianos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Entre os pontos importantes dessa legislação, destacam-se a acessibilidade a espaços e transportes públicos, à comunicação e à informação (BRASIL, 2000).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que trouxe importantes mudanças para garantir os direitos das pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades. Alguns pontos destacados do Estatuto incluem o direito à educação inclusiva, assegurando que as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino regular, com adaptações necessárias e apoio

especializado, sempre que necessário, e atendimento prioritário em serviços públicos e privados. No âmbito dos concursos públicos, foi estabelecida pela mesma lei uma reserva de vagas de 5%, garantindo que as pessoas com deficiência tenham o direito de concorrer em condições iguais aos demais candidatos, com adaptações às suas necessidades especiais (BRASIL, 2015).

Essas leis resultaram em ações afirmativas visando reduzir desigualdades sociais, promovendo o reconhecimento social de pessoas com deficiência tradicionalmente excluídas (FREITAS, 2015). O movimento de inclusão social ganhou força, envolvendo famílias, governos e organizações, refletindo um amadurecimento da sociedade em relação à saúde, cidadania e direitos humanos para esse grupo (GARCIA, 2014). Porém, Tomaz et al. (2016) destacam a vagueza e as dificuldades de implementação das políticas públicas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência intelectual, resultando em impedimentos e barreiras significativas em suas vidas. Silva et al. (2017) também abordam o estigma associado à deficiência intelectual, evidenciando o viés estrutural presente nas legislações voltadas para esse grupo, o que compromete o acesso e atendimento em diversos espaços e serviços.

Apesar da garantia legal da empregabilidade, conforme destacado por Ribeiro et al. (2014), muitas empresas, ao lidarem com a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, optam por uma abordagem meramente formal para cumprir a legislação. Em vez de buscar uma verdadeira inclusão, essas empresas tendem a direcionar as pessoas para cargos simples, independentemente de suas habilidades. Os autores argumentam que esse fenômeno reflete um preconceito em relação à deficiência, pois erroneamente associa automaticamente a condição de deficiência com a incapacidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste artigo, foi utilizada a abordagem do levantamento bibliométrico, que envolve a análise de dados bibliográficos e a aplicação de métodos estatísticos para avaliar a produção, distribuição e impacto de publicações em uma determinada área do conhecimento.

A seleção abordou exclusivamente artigos em português, visando maior compreensão por pesquisadores de diversos níveis, incluindo os mais jovens. Os artigos escolhidos foram coletados nos meses de setembro e outubro de 2023, e analisados para identificar padrões, tendências e lacunas na produção científica sobre pessoas com deficiência nas Ciências Sociais Aplicadas, sem delimitação de data de publicação estabelecida.

A sistematização dos dados foi realizada por meio de tabelas e gráficos, aprimorando a interpretação e proporcionando uma representação visual dos resultados. Essa abordagem metodológica busca atingir os objetivos propostos, permitindo uma análise aprofundada do panorama atual da pesquisa relacionada a pessoas com deficiência na base de dados Scielo-Brasil.

A palavra-chave para a busca foi "pessoas com deficiência", resultando inicialmente em 885 resultados. Após a aplicação dos filtros "Idioma-Português" e "Scielo Áreas Temáticas: Ciências Sociais Aplicadas", se obteve pouco mais de quatro dezenas de artigos.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta seção, serão apresentados os resultados detalhados do levantamento bibliométrico realizado na base de dados SciELO-Brasil, abordando diversas dimensões, destacando a distribuição da produção por instituição, a contribuição de autores na área, bem como a

Tabela 1: Principais autores dos artigos selecionados.

Autor	Quantidade de artigos
Maria Nivalda de Carvalho-Freitas	7
Debora Diniz	3
Antônio Luiz Marques	2
Janette Brunstein	2
Kalinca Léia Becker	2
Mônica Carvalho Alves Cappelle	2
Total de autores com apenas um artigo	68

Fonte: Elaborado pelos autores

segmentação por áreas de estudo. Buscou-se oferecer uma visão abrangente e estruturada da pesquisa acadêmica dedicada a essa temática, proporcionando insights para compreender a dinâmica e a evolução do conhecimento sobre pessoas com deficiência no contexto brasileiro. A contextualização desses resultados contribuirá significativamente para a compreensão do panorama atual e orientará futuras investigações nesse importante campo de estudo.

A Tabela 1 oferece uma visão detalhada dos principais protagonistas na pesquisa sobre pessoas com deficiência no contexto brasileiro, destacando os autores cuja contribuição se destaca pela maior frequência de publicações. Capta-se também a dimensão qualitativa, já que a base Scielo apresenta um alto rigor no processo de aceitação dos periódicos que a compõe. Ao identificar os autores com o maior número de artigos publicados, busca-se traçar um perfil da comunidade acadêmica envolvida nesse campo, destacando as vozes que se destacam nesse recorte.

Com base na Tabela 1, que apresenta os autores com mais artigos publicados no conjunto analisado de artigos com um total de 86 autores, destacam-se alguns pesquisadores que se sobressaem em termos de produção acadêmica. Maria Nivalda de Carvalho-Freitas figura como a pesquisadora mais

prolífica, contribuindo com um total de sete artigos.

A autora, formada em psicologia e com doutorado em administração, tem um comprometimento significativo com a temática, o que é percebido na escolha do tema de seu doutoramento defendido no ano de 2007, com o título “A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras – Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho”. Em anos anteriores à obtenção de seu grau de doutor, ela já havia publicado artigos em periódicos e anais de congresso sobre o tema e vem, há mais de 15 anos, atuando em grupos de pesquisa voltados às pessoas com deficiência. No ano de 2019 foi premiada pela Câmara de Deputados em Brasília, por suas pesquisas sobre inclusão (CARVALHO-FREITAS, 2023).

Seguindo, tem-se Debora Diniz que emerge com uma presença destacada por três artigos. A pesquisadora é graduada em Ciências Sociais, com mestrado e doutorado em antropologia e tem uma importante produção voltada para estudos relacionados à saúde e a questão feminina, com uma numerosa premiação que inclui o renomado Prêmio Jabuti (DINIZ, 2023).

Acima dos demais autores, que contam com apenas um artigo na amostra, tem-se ainda os pesquisadores Antônio Luiz Marques, Janette Brunstein, Kalinca Léia Becker e Mônica Carvalho Alves Cappelle, com dois artigos cada.

Antonio Luiz Marques é psicólogo, com mestrado em administração e doutorado em administração de recursos humanos e comportamento organizacional. Sua produção relacionada a pessoas com deficiência engloba publicações em periódicos internacionais, como em 2020, com o artigo “Managers? Conceptions and their effects on the perception of employees with disabilities” na revista *International Journal of Environmental Research and Public Health* (MARQUES, 2023).

Janette Brunstein é pedagoga com mestrado e doutorado em educação com artigos e capítulos de livros voltados para a questão da inclusão de pessoas com deficiência inserida em uma extensa e consistente produção acadêmica relacionada à sustentabilidade social e ambiental (BRUNSTEIN, 2023).

Kalinca Leia Becker é professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais, e obteve seu doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo- ESALQ/USP em 2013. Dentre os seus projetos de pesquisa realizados nos últimos anos, destaca-se o desenvolvimento de sistemas de indicadores para monitoramento e avaliação de metas e estratégias de portadores de deficiência, concluído em 2017 e coordenado pela autora (BECKER, 2023).

Mônica Carvalho Alves Cappelle é graduada, mestre e doutora em Administração e foi membro da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) de 2012 a 2016. Além disso, Mônica foi líder do tema Gênero e Diversidade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) na área de Estudos

Organizacionais por cinco mandatos consecutivos de 2011 a 2015 (CAPPELLE, 2023).

Essa análise dos autores mais prolíficos destaca não apenas a quantidade de artigos produzidos, mas também sugere diferentes áreas de especialização e foco dentro do amplo espectro da pesquisa em pessoas com deficiência, proporcionando uma visão valiosa da diversidade de contribuições nesse campo específico.

A tabela subsequente proporciona uma perspectiva abrangente acerca da formação dos pesquisadores responsáveis pelos artigos selecionados na base SciELO. Cada formação é categorizada de acordo com os níveis acadêmicos de graduação, mestrado e doutorado, proporcionando uma distribuição temática ao longo das distintas etapas educacionais. As frequências associadas a cada área de estudo e nível acadêmico revelam padrões distintivos, evidenciando áreas de educação mais prevalentes em diferentes estágios da formação acadêmica. Esta análise originou-se da seleção das áreas de estudo mais proeminentes, sendo que as frequências totais de cada área foram calculadas através da soma das formações realizadas nos três níveis de ensino, selecionando apenas aquelas que obtiveram um resultado superior a cinco.

Uma grande parte dos artigos aborda a inserção de pessoas com deficiência no ambiente profissional e no mercado de trabalho em geral, explorando as principais dificuldades encontradas nesse processo de adaptação, o que pode justificar a presença significativa de autores com diferentes níveis de formação na área de administração.

O referido processo requer a participação de diversos setores da gestão de uma empresa. Por exemplo, o artigo "As Práticas de Recursos Humanos para a Gestão de Diversidade: A Inclusão de Deficientes Intelectuais em uma Federação Pública do Brasil" analisa a importância do investimento das organizações na real inserção de

Tabela 2: Tipificação da formação dos autores.

Área de Estudo	Frequência - Graduação	Frequência - Mestrado	Frequência - Doutorado
Administração	15	23	19
Direito	7	6	5
Turismo	3	3	3
Sociologia	0	0	7
Engenharia de Produção	1	0	5
Psicologia	1	5	0
Engenharia Elétrica	2	1	2

Fonte: Elaborado pelos autores

PCDs além do que é obrigatório por lei, destacando-o como um dever social.

Outro destaque na mesma temática é o artigo "Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: um Estudo de Caso" de Maria Nivalda de Carvalho-Freitas. Essa autora, com o maior número de artigos publicados na seleção, contribui com uma abordagem empírica ao tema, analisando os resultados de um estudo de campo baseado em três pilares fundamentais: a visão da gerência sobre a deficiência, a adequação das condições do ambiente de trabalho e a satisfação dos funcionários portadores de deficiência.

Na área do Direito, os artigos têm como objetivo garantir os direitos das PCDs. Por exemplo, "Mínimo Social e Igualdade: Deficiência, Perícia e Benefício Assistencial na LOAS" de Janaína L. P. da Silva e Débora Diniz analisa teoricamente as inconformidades constitucionais presentes na Lei Orgânica de Assistência Social. O artigo "A Inclusão Indesejada: as Empresas Brasileiras Face à Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho" de Marco Antônio Ribeiro e Ricardo Carneiro discute a baixa receptividade ou adesão das empresas à lei de cotas empregatícias para portadores de deficiência no mercado de trabalho.

No contexto de acessibilidade a espaços públicos e lazer, destacam-se as áreas de Turismo e Sociologia. O artigo mais recente, "Valoração da Acessibilidade na Hotelaria e a Lealdade do Turista com Deficiência", analisa a importância da acessibilidade fornecida pelos hotéis como critério de escolha para turistas com deficiência. Em 2001, as autoras Beatriz Regina Pereira Saeta e Maria Luisa Mendes Teixeira já debatiam essa questão em "O Lazer na Vida da Pessoa Portadora de Deficiência: Uma Questão de Responsabilidade Social e um Turismo a Ser Pensado", evidenciando a percepção dos usuários sobre o atendimento recebido.

As Engenharias contribuem com propostas de melhoria em processos específicos. Por exemplo, o artigo "Gestão Inclusiva da Experiência em Serviços: Framework a Partir da Ótica de Pessoas com Deficiência Visual" de Bibiana Conrad, Graziela Dias Alperstedt e Aline Regina Santos busca propor uma estrutura para a gestão da experiência em serviços a partir da perspectiva de pessoas com deficiência visual.

Já na área de Psicologia, as pesquisas são mais voltadas para análises do ponto de vista da pessoa com deficiência e estudos de caso. O artigo "A Dinâmica Identitária de Pessoas com Deficiência:

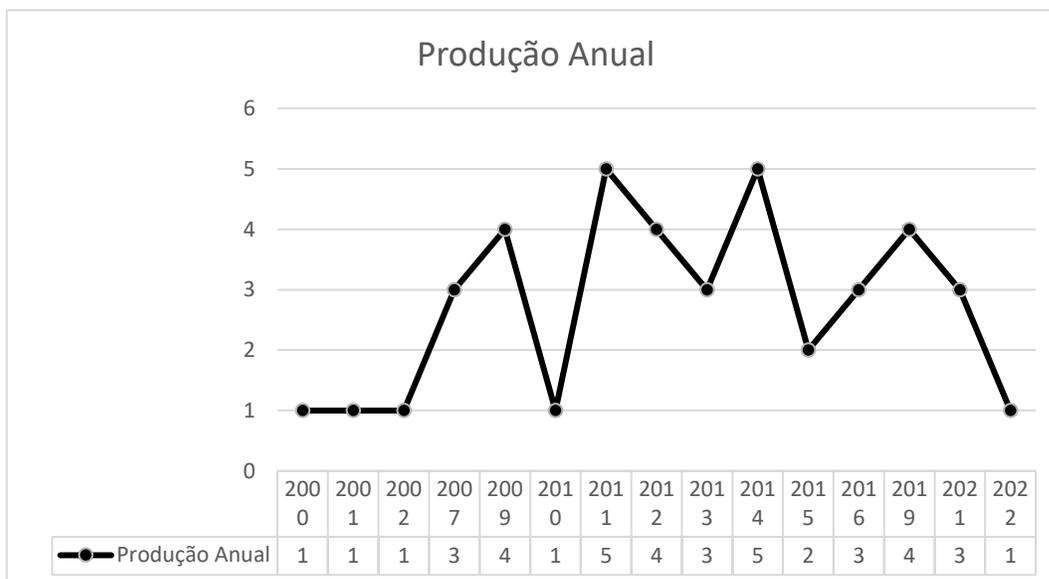


Gráfico 1: Produção anual de artigos na base.

Fonte: SciELO

Um Estudo no Brasil e nos Estados Unidos” de Lilian Barros Moreira, Mônica Carvalho Alves Capelle e a supramencionada Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, busca compreender a dinâmica identitária de PCDs que atuam em organizações de trabalho, localizadas nos Estados Unidos e no Brasil. O estudo de caso “Formas de Ver as Pessoas com Deficiência: Um Estudo Empírico do Construto de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho” traz reflexões importantes sobre a forma como a deficiência é enxergada por profissionais que atuam ou possam vir a atuar com pessoas com deficiência.

Em suma, as diversas áreas de estudo abordadas nos artigos contribuem de maneira significativa para a inclusão de pessoas com deficiência em diferentes esferas da sociedade. A diversidade de formações dos pesquisadores buscando um maior entendimento sobre as PcD é enorme, incluindo: Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Gastronomia e Matemática Aplicada, entre outras 19 encontradas. A seguir, serão exploradas as

tendências e padrões observados na produção anual dos artigos selecionados na base.

A análise do gráfico não revela tendências ou padrões ao longo do tempo. Inicialmente, observa-se uma relativa escassez de publicações até 2007, quando há um aumento significativo, com apenas um artigo por ano entre 2000 e 2002. O aumento gradual na produção a partir desse ano, apesar da queda em 2010, sugere um crescente interesse acadêmico nesse campo. Os anos de 2011 e 2014 se destacam como picos significativos, com 5 artigos publicados cada. Esses anos podem indicar momentos em que a pesquisa sobre o tema atingiu seu auge, possivelmente influenciada por eventos, políticas ou discussões relevantes nesse período. A queda em 2015, seguida por uma retomada em 2019, sugere flutuações, indicando que o interesse na pesquisa sobre pessoas com deficiência nas Ciências Sociais Aplicadas mantém uma certa dinâmica ao longo do tempo. A análise do gráfico com os anos com produção acadêmica mostra um comportamento errático.

Durante o período de 2001 a 2021, o Brasil vivenciou diversos eventos e marcos relacionados à luta pela igualdade de pessoas com deficiência, que poderiam ter influenciado as tendências observadas na produção anual de artigos sobre o tema na base SciELO. O Pacto Global da ONU, iniciativa criada em 2000 por Kofi Annan, estabeleceu sua rede local no Brasil em 2003 e possui até os dias atuais o objetivo de envolver empresas e organizações em um compromisso voluntário com princípios fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Em 2009, por exemplo, o país ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, comprometendo-se internacionalmente a promover a inclusão e garantir direitos fundamentais a esse grupo. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) também representou um marco significativo, consolidando diretrizes para a promoção da igualdade e acessibilidade. Esses eventos poderiam ter estimulado um aumento nas pesquisas acadêmicas, refletindo o crescente interesse pela temática da inclusão de pessoas com deficiência nas Ciências Sociais Aplicadas. Mas não há claros sinais de que isso aconteceu, pois apesar do aumento em 2009, tem-se apenas dois artigos em 2015.

Além disso, campanhas e mobilizações nacionais, como a Semana de Conscientização sobre a Pessoa com Deficiência, poderiam ter contribuído para o aumento da visibilidade e discussão acadêmica sobre o tema. Mas não se detecta uma tendência de crescimento ao longo do tempo. A oscilação na produção de artigos ao longo dos anos pode ser reflexo das dinâmicas sociais e legislativas relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência no contexto brasileiro, que não foram identificadas aqui.

Outro fator que pode ter influenciado na queda de produções sobre o tema desde 2019 é a pandemia da COVID-19, que iniciou logo no primeiro trimestre de 2020. A análise da produção anual de artigos sobre pessoas com deficiência na área de Ciências Sociais Aplicadas revela uma notável queda no número de publicações depois de 2019.

O período de 2020 em diante foi marcado por uma série de desafios globais, com as restrições impostas pela pandemia, como confinamentos e limitações nas atividades acadêmicas presenciais, podem ter impactado diretamente a condução de estudos e pesquisas, resultando na diminuição temporária da produção de artigos sobre essa temática. Uma investigação mais aprofundada e entrevistas com pesquisadores poderiam oferecer insights adicionais sobre os fatores específicos que contribuíram para essa queda e como as comunidades acadêmicas se adaptaram aos desafios impostos pela pandemia.

Já a análise da classificação Qualis das revistas selecionadas destaca a presença marcante de publicações nas categorias A1 e A2, indicando a relevância e o reconhecimento dessas revistas no cenário acadêmico. As revistas classificadas como A1, como "Estudos Econômicos", "Revista Brasileira de Estudos de População", "Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais", "Revista Direito e Práxis", "Serviço Social & Sociedade" e "Sociedade e Estado", representam um padrão elevado de excelência em seus respectivos campos. Além disso, revistas classificadas como A2, como "Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação", "Nova Economia", "Organizações & Sociedade", "Perspectivas em Ciência da Informação", "Revista de Administração", "Revista de Administração Contemporânea", "Revista de Administração de Empresas", "Revista de Administração Mackenzie", "Revista de Administração Pública", e "Revista Internacional de Direitos Humanos",

também desempenham um papel significativo na disseminação de conhecimento e pesquisa. A presença dessas revistas demonstra o nível de exigência qualitativa imposta pela base Scielo para a inclusão de periódicos em seu repositório.

Focando nas revistas de administração, a "Revista de Administração Mackenzie" e a "Revista Eletrônica de Administração" lideram com cinco e três artigos, respectivamente, destacando-se como veículos com grande potencial para o debate e a disseminação de conhecimento nesse campo. Além disso, a "Revista de Administração" e a "Revista de Administração de Empresas" contribuem com dois artigos cada, demonstrando um certo interesse nessa área específica. Esses números ressaltam o papel que essas revistas de administração podem ter como fóruns essenciais para a pesquisa e o desenvolvimento de práticas inclusivas, sublinhando sua contribuição significativa para a compreensão e avanço das questões relacionadas à deficiência no âmbito acadêmico e profissional. Esse é um potencial que ainda está longe de ser alcançado, já que quatro dezenas de artigo é um volume baixo de pesquisa para um problema tão significativo que é a inclusão das pessoas com deficiência em uma país com dimensões continentais como o Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento bibliométrico realizado na base de dados SciELO-Brasil proporcionou uma visão abrangente e estruturada da pesquisa científica, na área de ciências sociais, sobre pessoas com deficiência no contexto brasileiro. Ao analisar a distribuição da produção por instituição, a contribuição de autores destacados e a segmentação por áreas de estudo, foi possível destacar pontos significativos sobre essa temática

Os resultados revelam a diversidade de abordagens e a significativa contribuição de

diversos pesquisadores, destacando a pesquisadora Maria Nivalda de Carvalho-Freitas como a mais prolífica. Sua trajetória acadêmica e comprometimento com a temática evidenciam não apenas a quantidade, mas também a qualidade das pesquisas realizadas. Outros autores, como Debora Diniz, Antônio Luiz Marques, Janette Brunstein, Kalinca Léia Becker e Mônica Carvalho Alves Cappelle, também se destacam, oferecendo uma ampla variedade de perspectivas e enfoques na pesquisa.

A análise da formação dos pesquisadores revela uma presença significativa de profissionais da área de administração, indicando um foco particular na inserção de pessoas com deficiência no ambiente profissional. A diversidade de áreas de estudo abordadas nos artigos, incluindo Direito, Turismo, Sociologia, Engenharias e Psicologia, destaca a multidisciplinaridade e a abrangência da pesquisa sobre inclusão.

A evolução temporal da produção acadêmica reflete um comportamento errático no interesse envolvendo pesquisas sobre pessoas com deficiência nas Ciências Sociais Aplicadas, com picos em 2011 e 2014. As oscilações ao longo dos anos podem ter sido influenciadas por eventos, políticas e discussões relevantes, indicando a dinâmica da pesquisa nesse campo.

A classificação Qualis das revistas selecionadas reforça a qualidade e relevância das publicações, destacando a presença significativa em categorias de excelência. Revistas de administração, como a "Revista de Administração Mackenzie" e a "Revista Eletrônica de Administração", desempenham um papel central na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento de práticas inclusivas.

Em suma, este levantamento bibliométrico fornece uma base para compreender o panorama atual da pesquisa sobre pessoas com deficiência na área de Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, orientando futuras investigações e contribuindo

para o avanço do conhecimento e práticas inclusivas na sociedade.

A mais importante das constatações deste artigo é que há uma grande carência de pesquisas envolvendo pessoas com deficiência e a dimensão desse problema pode ser facilmente demonstrada. Se a única revista existente na base Scielo-Brasil fosse a Revista de Administração Contemporânea, haveria uma disponibilidade de 1.532 artigos (SCIELO, 2023) e a produção relativa a PcD responderia por apenas 2,7% do total. Obviamente que não há apenas uma revista na base e obviamente que se está muito abaixo do nível de produção acadêmica necessário para atender às demandas que essa questão exige. Essa é a grande lacuna.

REFERÊNCIAS

- BECKER, K. L. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9082069520269585>. Acesso em: 18/12/2023
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/12/2023.
- BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 20/12/2023.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 20/12/2023.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 20/12/2023.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20/12/2023
- BRUNSTEIN, J. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8568710701792092>. Acesso em: 10/12/2023.
- CAPELLE, M. C. A. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4809603708179613>. Acesso em: 18/12/2023
- CARVALHO-FREITAS, M. N. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9726167396041575>. Acesso em: 10/12/2023.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. de.; MARQUES, A. L. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. *Organizações & Sociedade*, 14(41), 59–78, 2007.
- DINIZ, D. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3865117791041119>. Acesso em: 10/12/2023.
- FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, 17(31), 59-73, 2013.
- FREITAS, M. E. de. Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(3), 87-135, 2015.
- GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou

limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 31(2), 395-418, 2014.

LATTES. Plataforma online de currículos do CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: [12/12/2023].

MANHÃES, V. S. Breve análise da legislação das políticas públicas de empregabilidade para pessoas com deficiência. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 15(57), 254-262, 2010.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para a reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MARQUES, A. L. Currículo do sistema currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2236359403605822>. Acesso em: 10/12/2023.

MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276, 2016.

MONTEIRO, L. G.; OLIVEIRA, S. M. Q. de; RODRIGUES, S. M.; DIAS, C. A. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 17(3), 459-480, 2011.

OLIVEIRA, M. S. O direito ao trabalho por parte das pessoas com deficiência no serviço público. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, 1(2), 193-216, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

RIBEIRO, A. P.; BATISTA, D. F.; PRADO, J. M.; VIEIRA, K. E.; CARVALHO, R. L. Cenário da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: revisão sistemática. *Revista da*

Universidade Vale do Rio Verde, 12(2), 268-276, 2014.

SILVA, A.; SILVA SAMPAIO, A.; SOUSA FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, D. T. R. Direitos humanos dos portadores de deficiência mental. *Revista Jurídica Uniandrade*, 26(1), 1458-1467, 2017.

SIMONELLI, A. P.; JACKSON FILHO, J. M.; TEIXEIRA, A. C.; OLIVEIRA, B. A. de; FRIEBE, E. C. de L.; CANALI, R. del.; BORDIGNON, T. M.; OLIVEIRA, V. P. M. de. Enquadramento da temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em *Jornal de grande circulação do estado do Paraná de 1991 a 2016*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 452-466, 2020.

TOMAZ, R. V. V.; ROSA, T. L.; VAN, D. B.; MELO, D. G. Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa. *Ciênc. saúde coletiva*, 21, 155-172, 2016.